



# FCC – Direito Administrativo

Questões de Direito Administrativo, extraídas de provas da Fundação Carlos Chagas, visando o estudo para concursos de Tribunais da União (TRF, TRT e TRE)

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues  
MULTIVERSO JURÍDICO

## **Questões de Direito Administrativo da Fundação Carlos Chagas**

### Sumário

1. Administração pública: Organização administrativa.....	2
2. Princípios básicos da administração.....	7
3. Agentes públicos .....	9
3.1 Classificação .....	9
3.2 Regime Jurídico do Servidor Civil da União – Lei 8.112/90.....	9
4. Atos administrativos.....	13
4.1 Conceito, requisitos e atributos .....	13
4.2 classificação, espécies, revogação, anulação e invalidação.....	15
5. Licitação.....	17
5.1 Conceito, finalidades, dispensa, inexigibilidade e modalidades .....	17
5.2 Procedimentos, fases, revogação, invalidação e desistência.....	23
6. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	25
7. Processo Administrativo na Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999).....	32
8. Responsabilidade Civil da Administração.....	36
9. Poderes Administrativos .....	38
10. Controle da Administração.....	41
Gabarito.....	42

## 1. Administração pública: Organização administrativa

### 01. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Analista Judiciário – 2011.

*Considerando a Organização Administrativa Brasileira, é correto afirmar que*

- a) a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios são entidades estatais.
- b) o Brasil é uma confederação formada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) os poderes e competências dos Municípios são delimitados por ato do Presidente da República.
- d) as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.
- e) Os Ministérios são órgãos autônomos, unipessoais, integrantes da administração indireta, porém vinculados à Presidência da República.

### 02. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Analista Judiciário – 2011.

*Considere as seguintes proposições acerca das entidades políticas e administrativas:*

*I. As entidades estatais são pessoas jurídicas de direito público que integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos, como, por exemplo, os Estados-membros.*

*II. As autarquias desempenham suas atividades sem subordinação hierárquica, no entanto, estão sujeitas a controle administrativo, indispensável para assegurar que elas não se desviem de seus fins institucionais.*

*III. As entidades paraestatais, também denominadas entes de cooperação com o Estado, são autônomas, administrativa e financeiramente; têm, entre outras características, patrimônio próprio, sendo que não se sujeitam a qualquer controle estatal.*

*Está correto o que se afirma SOMENTE em*

- a) III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e III.

### 03. Procuradoria Geral do Estado da Bahia – Analista de Procuradoria – 2013.

*No que se refere à organização administrativa, é correto afirmar:*

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, não obstante sua instituição seja autorizada por lei específica.
- b) É possível a exploração estatal de atividade econômica, desde que necessária à ordem nacional ou relevante ao interesse coletivo e realizada por meio de suas autarquias, fundações, agências executivas ou empresas públicas.

c) Diante do relevante interesse coletivo que fundamenta a exploração de atividade econômica por entidades da Administração indireta, admite-se a concessão a estas de privilégios fiscais não extensivos às entidades do setor privado, desde que devidamente fundamentado o ato concessivo.

d) As entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica sujeitam-se a regime jurídico misto, incidindo tanto normas próprias do direito público (como o dever de licitar, o regime estatutário de seus empregados e a imunidade tributária), quanto normas próprias do direito privado (como sujeição à falência e obrigações civis e comerciais).

e) A prestação de serviços públicos pelo Estado incumbe às empresas públicas, na forma da lei, enquanto que a exploração de atividade econômica ficará a cargo apenas das sociedades de economia mista.

#### **04. Tribunal Superior do Trabalho – Técnico Judiciário – 2012.**

*Compõe a Administração pública direta da União*

- a) o Departamento de Polícia Federal.
- b) o Banco Central do Brasil.
- c) a Agência Nacional de Aviação Civil.
- d) a Caixa Econômica Federal.
- e) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

#### **05. Tribunal de Justiça de Pernambuco – Analista Judiciário – 2012.**

*Em relação aos órgãos e agentes da Administração Pública é correto afirmar:*

- a) a atuação dos órgãos não é imputada à pessoa jurídica que eles integram, mas tendo a prerrogativa de representá-la juridicamente por meio de seus agentes, desde que judiciais.
- b) a atividade dos órgãos públicos não se identifica e nem se confunde com a da pessoa jurídica, visto que há entre a entidade e seus órgãos relação de representação ou de mandato.
- c) os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica e vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes porque estão ao lado da estrutura do Estado.
- d) como partes das entidades que integram os órgãos são meros instrumentos de ação dessas pessoas jurídicas, preordenados ao desempenho das funções que lhe forem atribuídas pelas normas de sua constituição e funcionamento.
- e) ainda que o agente ultrapasse a competência do órgão não surge a sua responsabilidade pessoal perante a entidade, posto não haver considerável distinção entre a atuação funcional e pessoal.

#### **06. Prefeitura Municipal de São Paulo – Auditor Fiscal Tributário Municipal – 2012.**

*A criação, pelo Município, de uma autarquia para desempenhar atividade especializada, consistente na gestão do regime previdenciário do servidor público, constitui exemplo de*

- a) descentralização por colaboração, eis que envolve a transferência da titularidade de serviço ou atividade administrativa a outro ente, dotado de personalidade jurídica própria.
- b) desconcentração, também denominada delegação, correspondendo à transferência da execução da atividade ou serviço público, mantendo-se, contudo, a titularidade do ente instituidor.
- c) descentralização política, caso alcance servidores de outros poderes além do Executivo.
- d) desconcentração, eis que se trata da criação de ente autônomo ao qual é atribuída a execução de atividade de titularidade do ente central.
- e) descentralização administrativa, também denominada por serviços, funcional ou técnica, sujeitando-se a autarquia à tutela do ente instituidor nos limites da lei.

#### **07. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Analista Judiciário – 2011.**

*A repartição de funções entre os vários órgãos de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública é conceito de*

- a) desconcentração.
- b) descentralização.
- c) descentralização por serviços.
- d) delegação de competência.
- e) desmembramento.

#### **08. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – Analista Legislativo – 2013.**

*Considere as seguintes assertivas:*

*I. A desconcentração está relacionada ao tema “hierarquia”.*

*II. Na desconcentração, há uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.*

*III. Quando, por exemplo, o poder público (União, Estados e Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público, como a autarquia, e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público, ocorre a chamada desconcentração.*

*IV. Quando, por exemplo, a execução do serviço público é transferida para um particular, por meio de concessão ou permissão, ocorre a chamada descentralização.*

*Está correto o que se afirma APENAS em*

- a) II.
- b) II, III e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

### **09. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Analista de Controle – 2011.**

*Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as*

- a) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
- b) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
- c) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
- d) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
- e) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.

### **10. Tribunal de Contas do Estado do Amapá – Técnico de Controle Externo – 2012.**

*O Estado pretende criar entidade dotada de autonomia, integrante da Administração indireta, para exercer atividade de natureza econômica, com a participação de entidade privada na constituição do correspondente capital social. Atende a tal objetivo*

- a) uma Empresa pública.
- b) uma Sociedade de economia mista.
- c) uma Parceria Público-Privada.
- d) um Consórcio público.
- e) uma Organização Social – OS.

### **11. Tribunal de Contas do Estado do Amapá – Analista de Controle Externo – 2012.**

*Uma sociedade de economia mista foi condenada em ação judicial movida por empresa contratada ao pagamento por serviços executados e não pagos. Iniciada a execução judicial e recusando-se a pagar espontaneamente o débito, a sociedade de economia mista*

- a) deverá ser executada da mesma forma que as entidades integrantes da Administração direta, em razão da sujeição aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
- b) está protegida pela impenhorabilidade de seus bens e receitas, em face do regime de direito público a que se submete.
- c) poderá ter seu patrimônio penhorado, eis que submetida às mesmas obrigações civis, trabalhistas e fiscais das empresas privadas.
- d) deverá ser executada da mesma forma que as empresas privadas, eis que se submete ao mesmo regime destas, exceto quanto às obrigações tributárias.
- e) somente poderá ter seus bens e receitas penhoradas em relação às obrigações trabalhistas.

## **12. Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Defensor Público – 2012.**

*As fundações de direito público, também denominadas autarquias fundacionais, são instituídas por meio de lei específica e*

- a) seus agentes não ocupam cargo público e não há responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.
- b) seus contratos administrativos devem ser precedidos de procedimento licitatório, na forma da lei.
- c) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, definindo as áreas de sua atuação.
- d) seus atos administrativos não gozam de presunção de legitimidade e não possuem executividade.
- e) seu regime tributário é comum sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

## **13. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Analista Judiciário – 2013.**

*Em relação às empresas estatais, é correto afirmar que*

- a) se submetem ao regime jurídico de direito público quando se tratar de empresa pública, porque o capital pertence a pessoas jurídicas de direito público.
- b) se submetem ao regime jurídico típico das empresas privadas, com derrogações por normas de direito público.
- c) não se submetem a lei de licitações, porque sujeitas ao regime jurídico típico de direito privado.
- d) não se submetem a lei de licitações, salvo no que se refere às suas atividades fins, que dependem sempre de licitação.
- e) se submetem integralmente ao regime jurídico de direito privado, sem derrogações, a fim de resguardar o princípio da isonomia em relação às demais empresas que atuem no setor.

## **14. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Juiz do Trabalho – 2012.**

*A respeito das agências reguladoras e agências executivas, é correto afirmar que*

- a) as agências reguladoras adquirem autonomia a partir de qualificação obtida em face de contrato de gestão celebrado com o respectivo Ministério supervisor.
- b) as agências executivas caracterizam-se como autarquias de regime especial, criadas por lei, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.
- c) ambas possuem regime especial, estabelecido na lei instituidora, atuando as agências executivas na regulação de atividade econômica e as agências reguladoras no controle e fiscalização de serviço público.
- d) as agências executivas são empresas públicas ou fundações, com autonomia ampliada a partir de decreto governamental, em face da apresentação de plano para melhoria de eficiência e redução de custos.

e) as agências reguladoras possuem regime jurídico especial, fixado na lei instituidora, garantindo maior grau de autonomia administrativa e orçamentária que o conferido às demais autarquias.

## 2. Princípios básicos da administração

### 15. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.

*De acordo com a Constituição Federal, constituem princípios aplicáveis à Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios aplicam-se às entidades*

- a) de direito público, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de competição no mercado.
- b) de direito público e privado, exceto o princípio da eficiência que é dirigido às entidades da Administração indireta que atuam em regime de competição no mercado.
- c) integrantes da Administração Pública direta e indireta e às entidades privadas que recebam recursos ou subvenção pública.
- d) integrantes da Administração Pública direta e indireta, independentemente da natureza pública ou privada da entidade.
- e) públicas ou privadas, prestadoras de serviço público, ainda que não integrantes da Administração Pública.

### 16. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.

*Para atender ao princípio constitucional básico da eficiência o agente público deve*

- a) reduzir ao máximo os custos dos serviços públicos, independentemente da qualidade.
- b) sempre utilizar a tecnologia mais avançada, independentemente do seu custo.
- c) alcançar o melhor resultado possível no menor tempo e ao menor custo.
- d) atender a todos de forma idêntica, independente das demandas individuais dos cidadãos.
- e) prestar conta das atividades realizadas com clareza e presteza aos órgãos de controle.

### 17. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Analista Judiciário – 2011.

*Carlos, auditor fiscal do tesouro nacional, ao preencher incorretamente documento de arrecadação do tesouro, causou prejuízo ao fisco na ordem de trinta reais. Tal fato acarretou sua demissão do serviço público. Em razão disso, postulou no Judiciário a anulação da pena, o que foi acolhido pelos seguintes fundamentos: o servidor procurou regularizar o erro, buscando recolher aos cofres públicos a quantia inferior recolhida; sua ficha funcional é boa e não desabona sua atuação; a quantia inferior recolhida é irrisória; a pena de demissão é ato extremo que deve ser efetivado apenas em casos gravíssimos.*



*O exemplo citado refere-se ao restabelecimento dos princípios, que devem sempre nortear a atuação da Administração Pública:*

- a) moralidade e impessoalidade.
- b) eficiência e motivação.
- c) motivação e moralidade.
- d) razoabilidade e proporcionalidade.
- e) probidade e eficiência.

#### **18. Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Defensor Público – 2010.**

*A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e oportunidade, reconhecida nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, está em consonância direta com o princípio da*

- a) indisponibilidade do interesse público.
- b) segurança jurídica.
- c) autotutela.
- d) moralidade.
- e) autoexecutoriedade

#### **19. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Técnico Judiciário – 2011.**

*Análise as seguintes proposições, extraídas dos ensinamentos dos respectivos Juristas José dos Santos Carvalho Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello:*

*I. O núcleo desse princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.*

*II. No texto constitucional há algumas referências a aplicações concretas deste princípio, como por exemplo, no art. 37, II, ao exigir que o ingresso no cargo, função ou emprego público depende de concurso, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade.*

*As assertivas I e II tratam, respectivamente, dos seguintes princípios da Administração Pública:*

- a) moralidade e legalidade.
- b) eficiência e impessoalidade.
- c) legalidade e publicidade.
- d) eficiência e legalidade.
- e) legalidade e moralidade.

### 3. Agentes públicos

#### 3.1 Classificação

**20. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Analista Judiciário – 2011.**

*NÃO constitui exemplo de agente político, dentre outros, o*

- a) Secretário da Educação.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Senador.
- d) Vereador.
- e) Coronel da Polícia Militar.

**21. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Analista Judiciário – 2011.**

*Os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos são considerados*

- a) agentes credenciados.
- b) servidores públicos.
- c) agentes políticos.
- d) agentes administrativos.
- e) particulares em colaboração com o Poder Público.

#### 3.2 Regime Jurídico do Servidor Civil da União – Lei 8.112/90

**22. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Técnico Judiciário – 2011.**

*A Reconstituição que é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrerá, dentre outra hipótese, de*

- a) transferência do anterior ocupante.
- b) disponibilidade do anterior ocupante.
- c) aproveitamento do anterior ocupante.
- d) reintegração do anterior ocupante.
- e) readaptação do anterior ocupante.

**23. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Técnico Judiciário – 2011.**

*A vacância do cargo público NÃO decorrerá de*

- a) reintegração.
- b) readaptação.

- c) posse em outro cargo inacumulável.
- d) demissão.
- e) exoneração.

#### **24. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Juiz do Trabalho – 2012.**

*Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a legislação que rege a matéria:*

- a) Reversão, consistente no provimento de cargo decorrente de transformação do originalmente ocupado pelo servidor, condicionada a aprovação em processo seletivo específico.
- b) Readaptação, consistente na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório do cargo efetivo originalmente provido.
- c) Reversão, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado, nas hipóteses previstas em lei, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.
- d) Recondição, consistente no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) Readaptação, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

#### **25. Defensoria Pública – SP – Oficial de Defensoria Pública – 2012.**

*Em relação ao servidor público ocupante de cargo efetivo pode-se afirmar:*

- a) adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- b) perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- c) perde o cargo após dois anos de efetivo exercício e apenas mediante decisão administrativa transitada em julgado.
- d) adquire estabilidade com a aprovação no concurso público para provimento do cargo.
- e) perde o cargo por meio de decisão administrativa somente se já adquiriu estabilidade.

#### **26. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Juiz do Trabalho – 2011.**

*A Lei Federal nº 8.112/90 e suas alterações, que disciplina o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações federais, ao dispor sobre o provimento de cargos públicos, estabelece*

- a) requisitos básicos para a investidura, entre os quais a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, aptidão física e mental e idade mínima de 21 anos.
- b) a obrigatoriedade de reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso para portadores de deficiência, verificada a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

- c) as formas derivadas de provimento: promoção, reversão, readaptação, reintegração e transposição.
- d) obrigatoriedade de prévio concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos efetivos de nível superior.
- e) a possibilidade de provimento de cargos em comissão independentemente de prévio concurso público, reservado o percentual de 20% (vinte por cento) de funções dessa natureza para integrantes da carreira.

### **27. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*Considere os seguintes institutos, previstos na Lei no 8.112/1990:*

- I. exoneração.*
- II. readaptação.*
- III. promoção.*
- IV. aposentadoria.*
- V. redistribuição.*

*De acordo com o referido diploma legal, ensejam a vacância de cargo público o que consta APENAS em*

- a) III e IV.
- b) IV e V.
- c) I e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) II, III e V.

### **28. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Analista Judiciário - 2011**

*Os agentes administrativos submetidos ao regime estatutário, ou sejam, os servidores públicos; os agentes políticos, a exemplo dos chefes dos Executivos; e os empregados públicos como os presidentes de empresas públicas, estão sujeitos ao sistema remuneratório consistente, técnica e respectivamente, na categoria de*

- a) vantagens pecuniárias, salário e subsídio.
- b) vantagens pecuniárias, vencimentos e salário.
- c) subsídio, vencimentos e salário.
- d) vencimentos, subsídio e salário.
- e) vencimentos, vantagens pecuniárias e subsídio.

### **29. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Técnico Judiciário – 2012.**

*Celso, servidor público federal em São Paulo, foi designado para prestar serviço no Rio de Janeiro, com afastamento em caráter eventual. No caso, o servidor terá despesas extraordinárias, entre outras, com pousada. Esse deslocamento ocorre por força de alteração de lotação. Assim, essas despesas serão ressarcidas com a concessão de*

- a) diárias.

- b) auxílio-moradia.
- c) ajuda de custo.
- d) indenização de transporte.
- e) gratificação por serviços extraordinários.

### **30. Tribunal Superior do Trabalho – Analista Judiciário – 2012.**

*Considere as seguintes assertivas, no tocante ao regime da Lei nº 8.112/90:*

*I. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações; gratificações e adicionais.*

*II. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.*

*III. As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.*

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

### **31. Tribunal Superior do Trabalho – Analista Judiciário – 2012.**

*Com base no processo disciplinar, previsto na Lei no 8.112/90,*

a) o processo disciplinar será conduzido por comissão presidida pela autoridade hierarquicamente superior ao servidor indiciado, que melhor conhece a conduta do mesmo, podendo avaliar a penalidade mais adequada a ser aplicada em razão da infração.

b) havendo diversidade de sanções a serem aplicadas, o julgamento será proferido por todas as autoridades competentes para aplicá-las.

c) quando a infração também configurar ilícito penal, o processo administrativo ficará suspenso, aguardando a conclusão do processo criminal.

d) é assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo-lhe permitido arrolar testemunhas, vedada, contudo, a apresentação de quesitos a prova pericial.

e) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

## 4. Atos administrativos

### 4.1 Conceito, requisitos e atributos

#### **32. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Técnico Judiciário – 2010.**

Considere os conceitos sobre o ato administrativo:

*I. Toda manifestação bilateral de vontade da Administração Pública que, agindo na esfera jurídica, tenha por fim mediato declarar, modificar ou extinguir direitos ou impor obrigações aos administrados.*

*II. Declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo Poder Judiciário.*

*III. Declaração do governo, no exercício de suas funções, com exclusão das empresas estatais, manifestada mediante providências políticas e administrativas, sem necessidade de controle jurisdicional.*

Está correto o que consta APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e II.

#### **33. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Técnico Judiciário – 2011.**

No que diz respeito aos requisitos dos atos administrativos,

- a) a competência, no âmbito federal, é, em regra, indelegável.
- b) o desvio de finalidade ocorre apenas se não for observado o fim público.
- c) o motivo, se inexistente, enseja a anulação do ato administrativo.
- d) se houver vício no objeto e este for plúrimo, ainda assim não será possível aproveitá-lo em quaisquer de suas partes mesmo que nem todas tenham sido atingidas pelo vício.
- e) a inobservância da forma não enseja a invalidade do ato.

#### **34. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Analista Judiciário – 2011.**

Analise as seguintes assertivas sobre os requisitos dos atos administrativos:

*I. O objeto do ato administrativo é o efeito jurídico imediato que o ato produz.*

*II. Quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido, se os motivos forem verdadeiros.*

*III. O requisito finalidade antecede à prática do ato.*

Está correto o que se afirma em

- a) III, somente.

- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

**35. Tribunal de Justiça de Pernambuco – Juiz Estadual – 2011.**

*Conforme o Direito federal vigente, como regra, não há necessidade de motivação de atos administrativos que*

- a) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
- b) promovam a exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão.
- c) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.
- d) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- e) decorram de reexame de ofício.

**36. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Técnico Judiciário – 2011.**

*Um dos atributos dos atos administrativos tem por fundamento a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados em conformidade com a lei, já que cabe ao Poder Público a sua tutela. Nesse caso, trata-se do atributo da*

- a) exigibilidade.
- b) tipicidade.
- c) imperatividade.
- d) autoexecutoriedade.
- e) presunção de legitimidade.

**37. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*Considere a seguinte situação: A Administração interditou estabelecimento comercial que realizou obras sem obediência das normas técnicas aplicáveis e sem as autorizações necessárias. O proprietário descumpriu o ato de interdição e manteve o estabelecimento funcionando. A Administração, considerando que o prédio apresentava risco de desabamento, procedeu à demolição do mesmo.*

*O atributo do ato administrativo que fundamenta a atuação descrita é a*

- a) finalidade.
- b) executoriedade.
- c) vinculação.
- d) supremacia do interesse público.
- e) motivação.

## 4.2 classificação, espécies, revogação, anulação e invalidação.

### **38. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Técnico Judiciário – 2011.**

*Dentre outros, é exemplo de ato administrativo ordinatório*

- a) a circular.
- b) o regulamento.
- c) a resolução.
- d) a admissão.
- e) o decreto.

### **39. Tribunal de Contas do Estado do Amapá – Analista de Controle Externo – 2012.**

*Os atos administrativos podem ser*

- a) vinculados, quando a competência para a sua edição é privativa de determinada autoridade e não passível de delegação.
- b) discricionários, quando a lei estabelece margem de decisão para a autoridade de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
- c) vinculados, assim entendidos os que devem ser editados quando presentes os requisitos legais e de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.
- d) discricionários, quando, embora o objeto e requisitos para edição sejam pré-estabelecidos em lei, a edição ou não depende do juízo de mérito da administração.
- e) vinculados, quando o objeto, competência e finalidade são definidos em lei, restando à autoridade apenas o juízo de conveniência quanto à sua edição no caso concreto.

### **40. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*Sob o tema da classificação dos atos administrativos, apesar de serem todos resultantes da manifestação unilateral da vontade da Administração Pública, o denominado "ato administrativo composto" difere dos demais, por ser*

- a) o que necessita, para a sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades para gerar efeitos.
- b) aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de outro ato que o aprove.
- c) o ato que decorre da manifestação de vontade de apenas um órgão, unipessoal ou colegiado, não dependendo de manifestação de outro órgão para produzir efeitos.
- d) o que tem a sua origem na manifestação de vontade de pelo menos dois órgãos, porém, para produzir os seus efeitos, deve ter a aprovação por órgão hierarquicamente superior.
- e) originário da manifestação de vontade de pelo menos duas autoridades superiores da Administração Pública, mas seus efeitos ficam condicionados à aprovação por decreto de execução ou regulamentar.



**41. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Técnico Judiciário – 2011.**

*O regimento é ato administrativo*

- a) ordinatório.
- b) normativo.
- c) enunciativo.
- d) negocial.
- e) punitivo.

**42. Prefeitura Municipal de São Paulo – Auditor Fiscal Tributário Municipal – 2012.**

*O Município constatou, após transcorrido grande lapso temporal, que concedera subsídio a empresa que não preenchia os requisitos legais para a obtenção do benefício. Diante de tal constatação, a autoridade*

- a) deverá convalidar o ato, por razões de interesse público e para preservação do direito adquirido, exceto se decorrido o prazo decadencial.
- b) poderá revogar o ato concessório, utilizando a prerrogativa de rever os próprios atos de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
- c) deverá anular o ato, desde que não transcorrido o prazo decadencial, com efeitos retroativos à data em que o ato foi emitido.
- d) poderá anular o ato, com base em seu poder de autotutela, com efeitos a partir da anulação.
- e) não poderá revogar ou anular o ato, em face da preclusão administrativa, devendo buscar a invalidade pela via judicial, desde que não decorrido o prazo decadencial.

**43. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.**

*A revogação de um ato administrativo*

- a) é prerrogativa da Administração, de caráter discricionário, consistente na extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade.
- b) constitui atuação vinculada da Administração, na medida em que, em face da indisponibilidade do interesse público, a Administração está obrigada a revogar atos maculados por vício de oportunidade.
- c) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, quando identificado que o ato se tornou inconveniente ou inoportuno do ponto de vista do interesse público.
- d) somente pode ser procedida por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato, de ofício ou por provocação do interessado, vedada a sua prática pelo Poder Judiciário.
- e) constitui prerrogativa da Administração, quando fundada em razões de conveniência e oportunidade, e do Poder Judiciário, quando identificado vício relativo à motivação, competência ou forma.

#### **44. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Juiz do Trabalho – 2011.**

*A propósito do desfazimento dos atos administrativos, é correto afirmar que*

- a) somente autoridade superior àquela que praticou o ato poderá revogá-lo, por razões de conveniência e oportunidade.
- b) somente os atos vinculados são passíveis de anulação por vício de legalidade.
- c) podem ser anulados, pela autoridade superior àquela que praticou o ato, no uso do poder hierárquico, independentemente da existência de vício de legalidade.
- d) tanto os atos vinculados como os discricionários podem ser anulados judicialmente, por vício de legalidade.
- e) somente podem ser anulados ou revogados administrativamente, vedado ao Judiciário o exame dos seus pressupostos.

## 5. Licitação

### 5.1 Conceito, finalidades, dispensa, inexigibilidade e modalidades

#### **45. Ministério Público do Estado de Sergipe – Técnico do Ministério Público – 2013.**

*Em licitação para compra de material de escritório, consta no edital duas mil canetas de cor azul com cláusula especificando que somente serão admitidas propostas com canetas da marca "BBB". Este procedimento licitatório*

- a) viola os princípios da igualdade de direitos que deve ser assegurada a todos os interessados em contratar, bem assim o princípio da impessoalidade, já que a Administração está se pautando em critérios subjetivos ao determinar a marca da caneta.
- b) é perfeitamente válido, na medida em que a Administração deve buscar a melhor proposta, com o melhor preço, estando englobada nesta noção os melhores produtos disponíveis no mercado.
- c) será válido somente se a Administração Pública não desqualificar proposta mais vantajosa, ainda que haja a apresentação de outra marca de caneta, reconhecidamente de melhor qualidade daquela exigida no edital.
- d) não viola o princípio da moralidade e da probidade ao prestigiar determinada marca de caneta, em detrimento de outras marcas disponíveis no mercado, uma vez que o edital contém indicativo de preferência pela marca.
- e) atende integralmente ao princípio do julgamento objetivo, já que o julgamento deve se ater a todos os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos.

#### **46. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – Analista Judiciário - 2010.**

*A Lei nº 8.666 de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que o contratante*

- a) é a pessoa física signatária de contrato com a Administração Pública.
- b) é a pessoa jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.
- c) tem a função de receber todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.
- d) tem a função de examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.
- e) é o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**47. Sergipe Gás S/A – Assistente Administrativo - 2010.**

*A comunicação escrita por meio da qual uma autoridade administrativa torna pública sua decisão de contratar ou adquirir obras ou serviços denomina-se*

- a) procuração.
- b) atestado.
- c) edital.
- d) recibo.
- e) protocolo.

**48. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Procurador do Ministério Público – 2011.**

*A Administração Pública realizou licitação para venda de ativos mobiliários à vista. Venceu o licitante que apresentou proposta de maior valor. Em razão de oscilações no mercado financeiro, o licitante apresentou, posteriormente, requerimento para parcelamento do valor ofertado. A Administração Pública deverá*

- a) indeferir o pedido, com base no princípio da publicidade.
- b) deferir o pedido, com fundamento no princípio da legalidade, já que não há vedação expressa.
- c) indeferir o pedido, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- d) deferir o pedido, em razão do princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- e) deferir o pedido, com base no princípio do julgamento objetivo das propostas, desde que as parcelas sejam atualizadas monetariamente.

**49. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Analista Judiciário – 2011.**

*Considere a seguinte hipótese: a Administração Pública, após concluído determinado procedimento licitatório, atribuiu o objeto da licitação a outrem que não o vencedor. O ato administrativo*

- a) é válido se o vencedor do certame desistiu expressamente do contrato.
- b) jamais será válido, por ferir o princípio da adjudicação compulsória.
- c) é válido se o vencedor do certame não firmou o contrato no prazo estabelecido, ainda que comprove justo motivo.

d) não é válido, pois a Administração, ao invés de atribuir a outrem o objeto licitatório, deveria obrigatoriamente ter aberto nova licitação, mesmo sendo válida a anterior.

e) é sempre válido porque não há direito subjetivo à adjudicação.

#### **50. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Analista Judiciário – 2011.**

*No que concerne aos princípios das licitações, é correto afirmar:*

a) O desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não torna inválido o procedimento licitatório.

b) Apenas o licitante lesado tem direito público subjetivo de impugnar judicialmente procedimento licitatório que não observou ditames legais.

c) A licitação não será sigilosa, sendo públicos todos os atos de seu procedimento, como por exemplo, o conteúdo das propostas, inclusive quando ainda não abertas.

d) É possível a abertura de novo procedimento licitatório, ainda que válida a adjudicação anterior.

e) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas, sob pena de nulidade.

#### **51. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Técnico Judiciário – 2011.**

*Nos termos da Lei, a dispensa e inexigibilidade de licitação, ocorrem respectivamente:*

a) PARA aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo e QUANDO a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

b) PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade e PARA contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

c) PARA a contratação de serviços de assessoria técnica, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização e PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

d) NOS casos de guerra ou grave perturbação da ordem e PARA compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

e) QUANDO houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e PARA a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

#### **52. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – Analista Judiciário – 2010.**

*A aquisição de bens imóveis pela Administração*

- a) não pode ser feita por meio de dação em pagamento.
- b) não deve ser objeto de registro imobiliário, se for de uso especial ou dominial (ou dominical).
- c) pode ser feita com dispensa de licitação se o bem escolhido for o único que convenha à Administração.
- d) deve observar os instrumentos de Direito Público, se for feita contratualmente.
- e) não pode ser feita por arrecadação em nenhuma hipótese.

**53. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Agente de Fiscalização Financeira – 2012.**

Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos pretende alienar participação societária minoritária que adquiriu em empresa privada (ações). De acordo com a Lei no 8.666/93,

- a) está dispensada de avaliação prévia e de procedimento licitatório, desde que conte com autorização legislativa específica para a alienação.
- b) deverá obter autorização legislativa, realizar avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.
- c) deverá promover avaliação prévia, sendo inexigível o procedimento licitatório em função do regime privado a que se submete a empresa alienante.
- d) deverá promover avaliação prévia e poderá dispensar o procedimento licitatório na hipótese de alienar as ações em bolsa, observada a legislação específica.
- e) está obrigada a obter autorização legislativa e realizar licitação na modalidade concorrência.

**54. Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Analista de Controle Externo – 2014.**

*Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação é dispensável quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República. Nessa hipótese, deverá ser previamente ouvido o*

- a) Conselho de Defesa Nacional.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro das Relações Exteriores.
- d) Ministro da Defesa.
- e) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

**55. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Técnico Judiciário – 2012.**

*O Estado instaurou procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para alienação de imóveis considerados desnecessários para o serviço público. Ocorre que não acudiram interessados na licitação e a manutenção desses imóveis no patrimônio público passou a gerar altos custos de manutenção e vigilância, tornando premente, assim, a sua alienação. Diante dessa situação, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, o Estado*

- a) está obrigado a realizar nova licitação, podendo, contudo, adotar a modalidade leilão, na qual poderá alienar o imóvel por até 50% do valor de avaliação.
- b) poderá declarar a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, e alienar o imóvel diretamente a eventual interessado, por preço de mercado.
- c) está obrigado a realizar nova licitação, na modalidade concorrência, podendo reduzir o preço mínimo do imóvel, independentemente de nova avaliação, até o limite de 25%.
- d) poderá dispensar o procedimento licitatório para alienar o imóvel, desde que comprovado que a repetição da licitação gerará prejuízo para a Administração, e mantidas todas as condições preestabelecidas.
- e) poderá dispensar o procedimento licitatório apenas se comprovar situação de emergência ou de calamidade pública que determine a venda forçada.

#### **56. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.**

*Para incentivar a produção técnica e científica na área de educação, a Secretaria de Estado da Educação resolve premiar os melhores trabalhos publicados em 2011 nas categorias: dissertação de mestrado, tese de doutorado e artigo científico. Para a premiação, a licitação deverá ocorrer na modalidade de*

- a) concurso.
- b) concorrência.
- c) tomada de preço.
- d) convite.
- e) leilão.

#### **57. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*A respeito das modalidades licitatórias previstas na Lei no 8.666/1993 e legislação correlata, é correto afirmar que se aplica*

- a) leilão, para alienação de bens móveis inservíveis para a Administração, independentemente do valor.
- b) pregão, para alienação de bens móveis adquiridos pela Administração em procedimento judicial.
- c) concurso, para a contratação de obras e serviços de engenharia de alta complexidade.
- d) leilão, para alienação de bens apreendidos ou penhorados, desde que avaliados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- e) concurso, para escolha de trabalho científico ou artístico, vedada a instituição de prêmio.

#### **58. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*A respeito das modalidades licitatórias previstas na Lei no 8.666/1993 e legislação correlata, é correto afirmar que se aplica*

- a) leilão, para alienação de bens móveis inservíveis para a Administração, independentemente do valor.
- b) pregão, para alienação de bens móveis adquiridos pela Administração em procedimento judicial.
- c) concurso, para a contratação de obras e serviços de engenharia de alta complexidade.
- d) leilão, para alienação de bens apreendidos ou penhorados, desde que avaliados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- e) concurso, para escolha de trabalho científico ou artístico, vedada a instituição de prêmio.

**59. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Técnico Judiciário – 2012.**

*A Secretaria Estadual de Habitação pretende contratar a construção de casas populares e estima que o valor das obras seja da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Para a contratação das obras, deverá adotar a modalidade licitatória*

- a) leilão.
- b) pregão.
- c) convite.
- d) concorrência.
- e) tomada de preços.

**60. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Auxiliar da Fiscalização Financeira – 2010.**

*Considere:*

*I. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.*

*II. Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.*

*As modalidades de licitações indicadas nos itens acima são, respectivamente,*

- a) concorrência e tomada de preço.
- b) concorrência e convite.
- c) tomada de preço e concorrência.
- d) convite e tomada de preço.
- e) concurso e concorrência.



## 5.2 Procedimentos, fases, revogação, invalidação e desistência

### **61. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Analista Judiciário – 2013.**

*Ao término do processo licitatório instaurado por Diretor do Fórum de determinada Comarca para contratação de serviços de vigilância, o objeto foi adjudicado ao licitante vencedor, o qual, injustificadamente, recusou-se a assinar o contrato no prazo estabelecido. Diante de tal situação, de acordo com as disposições da Lei no 8.666/1993,*

- a) não cabe aplicação de nenhuma sanção, mas apenas a retenção da garantia de proposta depositada pelo adjudicatário.
- b) o adjudicatário ficará automaticamente inabilitado para contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.
- c) será declarada, pelo Diretor do Fórum, a inidoneidade do adjudicatário para contratar ou licitar com a Administração, assegurando-se ao mesmo ampla defesa no processo correspondente.
- d) o adjudicatário ficará sujeito às penalidades legalmente estabelecidas, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário.
- e) não cabe sanção específica ao adjudicatário, podendo a Administração revogar a licitação ou assinar o contrato com o segundo colocado, de acordo com as condições por este ofertadas.

### **62. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Analista de Controle – 2011.**

*A participação de consórcios, em licitações regidas pela Lei no 8.666/93,*

- a) é sempre admissível, respondendo os consorciados apenas pelas obrigações assumidas no limite da participação no respectivo consórcio.
- b) pode ser admitida apenas na fase de licitação, havendo a obrigatoriedade de o consórcio vencedor constituir sociedade de propósito específico para assinatura do contrato.
- c) pode ser admitida em qualquer modalidade licitatória, obrigando todos os consorciados solidariamente.
- d) pode ser admitida somente na modalidade concorrência pública, permitindo a majoração das exigências de habilitação em até 30%.
- e) é admissível somente em licitações de alta complexidade ou grande vulto e não gera solidariedade para os consorciados.

### **63. Tribunal de contas do Estado do Paraná – Analista de Controle – 2011.**

*Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá*

- a) realizar contratação com dispensa de licitação ou optar por realizar a licitação na modalidade convite.
- b) realizar contratação com inexigibilidade de licitação, observando apenas a proposta mais vantajosa.



- c) fazer a licitação na modalidade convite, independente de valor.
- d) fixar aos licitantes o prazo de 10 dias úteis para apresentação de nova documentação, exclusivamente quando se tratar da modalidade concorrência.
- e) fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, reduzindo-se este prazo para 3 dias úteis no caso de convite.

**64. Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – 2010.**

*Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou a realização do evento será de*

- a) cinco dias úteis para a licitação na modalidade convite.
- b) trinta dias para a licitação na modalidade concurso.
- c) quarenta e cinco dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".
- d) trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.
- e) trinta dias para a concorrência, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

**65. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Analista de Controle – 2011.**

*Na fase de habilitação da licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, admite-se a exigência, dentre outros requisitos, da regularidade*

- a) jurídica, mediante a apresentação de certidões que comprovem a inexistência de quaisquer ações judiciais ajuizadas contra si na comarca onde serão prestados os serviços ou realizadas as obras.
- b) econômico-financeira, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
- c) fiscal, mediante a apresentação de certidão negativa de débito de tributos exclusivamente da competência do ente contratante, vedado exigir certidões negativas de débito de outros entes tributantes.
- d) econômico-financeira, mediante a apresentação de certidões que comprovem a inexistência de ações judiciais de objeto patrimonial, ajuizadas contra o licitante na comarca onde serão prestados os serviços ou realizadas as obras.
- e) jurídica, mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

**66. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Analista de Controle – 2011.**

*Sobre anulação e revogação de licitação, é correto afirmar:*

- a) A revogação, de ofício ou por provocação, pressupõe ilegalidade ou desvio de finalidade no procedimento licitatório.

- b) A anulação, apurada em procedimento administrativo próprio, é ato privativo da Administração e pressupõe fato superveniente devidamente comprovado.
- c) A revogação se dá pela autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório, por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta.
- d) A autoridade competente pode anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiro, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta.
- e) A revogação e a anulação do procedimento licitatório pressupõem prova da ilegalidade e do fato superveniente, desde que sejam pertinentes e suficientes para justificar a conduta.

## 6. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).

### 67. TCE – CE – Técnico de Controle Externo – 2015

*Para Alexandre de Moraes atos de improbidade são “aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da Administração pública”. Nesse sentido, os atos de improbidade foram disciplinados pela Lei Federal nº 8.429/1992. Segundo o referido regime jurídico,*

- a) as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) o ato de improbidade em si não constitui crime e não pode caracterizá-lo, isso em razão do princípio da especialidade.
- c) para que uma conduta seja caracterizada como improba deve, além de atentar contra os princípios da Administração, implicar enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.
- d) a aplicação das sanções aos agentes administrativos previstas na denominada Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público, hipótese em que se deve aguardar decisão do Tribunal de Contas competente quanto à aprovação ou rejeição das contas.
- e) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração pública compreendem tão somente a ação, excluindo a omissão.

### 68. TCE – PI – Assessor Jurídico – 2015

*João Pedro é diretor da divisão de engenharia de uma autarquia que desempenha serviços de obras e reformas em rodovias. Otavio, um dos engenheiros de seu departamento, agendou a utilização de maquinário e mão de obra para promover uma pequena obra em sua residência. Considerando que a obra seria realizada durante o fim de semana, alegou o engenheiro que não haveria comprometimento no cronograma de obras da autarquia. João Pedro, assim, não impediu a utilização nem, posteriormente, adotou as providências que lhe incumbiam para apuração e eventual punição de Otavio. Um vizinho do engenheiro Otavio apresentou denúncia ao Ministério Público, que, observado procedimento legal, ajuizou ação de improbidade contra o engenheiro que se utilizou do maquinário da autarquia, bem como contra João Pedro, diretor do órgão. A conduta adotada pelo Ministério Público está*

- a) correta em relação a Otavio, que incorreu em conduta tipificada na Lei de Improbidade, mas incorreta em relação a João Pedro, que não participou do ilícito.
- b) incorreta, tendo em vista que somente poderia ajuizar ação de improbidade caso ficasse demonstrada a existência de falta residual na instância penal.
- c) incorreta, porque prematura, na medida em que somente após a conclusão do procedimento administrativo disciplinar é que poderia se cogitar de responsabilização por ato de improbidade.
- d) correta, na medida em que a conduta omissiva de João Pedro, que permitiu a utilização de bens da autarquia em proveito do agente público Otavio, também é passível de responsabilização pela Lei de Improbidade.
- e) correta em relação a Otavio, que incorreu em ato de improbidade, e prematura em relação a João Pedro, na medida em que esse só poderia ser processado após condenação de Otavio por ato de improbidade.

#### **69. TRF – 4ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Mauricio é vizinho de Pedro, servidor público municipal que trabalha na secretaria municipal de obras, especificamente na área de aprovação de projetos. Em razão da amizade que mantém, Mauricio pediu a Pedro que priorizasse a aprovação do projeto de reforma de uma casa que possui no litoral. Em troca, ofereceu a ele um ano de utilização da casa, gratuitamente, o que foi prontamente aceito. Com base nesse contexto*

- a) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade e Mauricio, apenas, no campo administrativo.
- b) Mauricio pode ser responsabilizado por ato de improbidade e Pedro, apenas, no campo administrativo infracional.
- c) Mauricio e Pedro podem ser processados por ato de improbidade, sem prejuízo da responsabilização no campo penal.
- d) Mauricio e Pedro, apenas, podem ser processados por ato de improbidade se for comprovada conduta dolosa e o efetivo prejuízo ao erário.
- e) Mauricio e Pedro podem ser processados, apenas, no campo penal, tendo em vista que não houve prejuízo ao erário, afastada a configuração de ato de improbidade administrativa.

#### **70. TCM – CO – Analista de Controle Externo – 2015.**

*Diretor Presidente de uma empresa com participação minoritária do Estado em seu capital social, firmou diversas contratações danosas à empresa, com preços muito acima daqueles praticados pelo mercado, havendo, ainda, indícios de que tenha recebido vantagens pessoais das empresas contratadas. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa,*

- a) os atos praticados não podem ser enquadrados como de improbidade administrativa, haja vista a natureza privada da empresa.
- b) o Diretor Presidente pode ser sujeito ativo de ato de improbidade, limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre as contribuições dos cofres públicos.

- c) os atos praticados podem configurar improbidade administrativa apenas na hipótese de comprovado enriquecimento ilícito do Diretor Presidente.
- d) a caracterização de improbidade administrativa pressupõe a comprovação de prejuízo direto ao ente público, no caso o Estado, não bastando a condição de acionista da empresa.
- e) o Diretor Presidente estará sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa apenas se for agente público ou possuir algum vínculo funcional ou estatutário com o Estado que o equipare a tal categoria.

#### **71. TRT – 16ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Justino praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração pública. Marcio praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito. Tonico praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o Ministério Público, ao propor as respectivas ações de improbidade, poderá requerer a medida de indisponibilidade de bens contra*

- a) Marcio e Tonico, apenas.
- b) Justino, Marcio e Tonico.
- c) Tonico, apenas.
- d) Marcio, apenas.
- e) Marcio e Justino, apenas.

#### **72. METRO – SP – Advogado Júnior – 2014.**

*Marilis, Prefeita de um Município Paulista, foi processada e condenada por improbidade administrativa, haja vista ter sido comprovada a prática de ato ímprobo que importou em enriquecimento ilícito. A propósito do aludido ato de improbidade, é INCORRETO afirmar que*

- a) não admite conduta culposa.
- b) admite a medida de indisponibilidade de bens.
- c) tem as sanções mais severas previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) pode gerar, dentre outras consequências, a perda da função pública.
- e) o sucessor não está sujeito às cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa, independentemente do limite do valor da herança.

#### **73. TRT – 19ª Região – Técnico Judiciário – 2014.**

*Mateus, agente público, recebeu vantagem econômica, diretamente de Bruno, para tolerar a exploração de jogo de azar por parte deste último. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta de Mateus*

- a) constitui ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

- b) constitui ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
- c) não constitui ato ímprobo, embora seja conduta criminosa.
- d) constitui ato ímprobo, na modalidade atentatória aos princípios da Administração pública.
- e) não constitui ato ímprobo, mas caracteriza falta funcional passível de punição na seara administrativa.

#### **74. TRT – 19ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Francisco, servidor público federal, está sendo processado em ação de improbidade administrativa. Segundo o Ministério Público, autor da demanda, Francisco teria ordenado a realização de despesas não autorizadas em lei. Para que Francisco seja condenado pela Justiça, deve ficar provado que sua conduta foi*

- a) necessariamente dolosa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.
- b) necessariamente culposa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.
- c) necessariamente dolosa e causadora de dano ao erário.
- d) dolosa ou culposa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.
- e) dolosa ou culposa e causadora de prejuízo ao erário.

#### **75. TRT – 16ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Beltrano, agente público, foi processado por improbidade administrativa, haja vista ter praticado ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração pública. Em sua defesa, alega que agiu sem qualquer intenção de praticar o ato ímprobo, isto é, com conduta meramente culposa, razão pela qual pleiteou a improcedência da demanda. A tese de defesa de Beltrano, caso efetivamente comprovada,*

- a) constitui causa de agravamento das sanções previstas na Lei de Improbidade.
- b) não afasta o ato ímprobo.
- c) constitui causa de redução das sanções previstas na Lei de Improbidade.
- d) afasta o ato ímprobo.
- e) afasta única e exclusivamente a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos.

#### **76. TRT – 16ª Região – Analista Judiciário - 2014**

*Maurício é servidor público do Governo do Maranhão, atuando em cargo diretivo em determinada secretaria e, no exercício regular de suas funções, recebeu dinheiro em espécie de uma empresa para omitir ato de ofício a que estava obrigado. Neste caso, Maurício cometeu ato de improbidade administrativa e estará sujeito, dentre outras sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, à suspensão dos direitos políticos de*

- a) oito a dez anos, e ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

- b) cinco a oito anos, e ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- c) três a cinco anos, e ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- d) oito a dez anos, e ao pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- e) cinco a oito anos, e ao pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.

**77. CNMP – Analista. Área: Apoio Técnico Administrativo – 2015.**

*Atos de improbidade administrativa estabelecidos na Lei Federal nº 8.429/1992, como: permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço superfaturado, deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo e perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal subfaturado, constituem respectivamente*

- a) prejuízo ao erário, atentam contra os princípios da Administração pública e enriquecimento ilícito.
- b) prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e atentam contra os princípios da Administração pública.
- c) atentam contra os princípios da Administração pública, prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito.
- d) enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da Administração pública.
- e) atentam contra os princípios da Administração pública, enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.

**78. TRE – RR – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2015**

*Nos termos da Lei nº 8.429/92, é ato de agente público que caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública:*

- a) realizar operação financeira sem a observância das normas legais.
- b) permitir que terceiros enriqueçam ilicitamente.
- c) ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei.
- d) frustrar a licitude de concurso público.
- e) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais.

**79. TRT – 18ª Região – Juiz do Trabalho – 2014.**

*Acerca da responsabilidade por improbidade administrativa, a Lei Federal nº 8.429/1992 estatui que*



- a) é imprescritível a pretensão de impor sanções para os atos de improbidade administrativa que importem em lesão ao erário ou enriquecimento ilícito do agente.
- b) constitui crime a representação injustificada por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, sendo punível tal prática tanto na modalidade dolosa, quanto na modalidade culposa.
- c) não constitui ato de improbidade punível a lesão a patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- d) as condutas descritas nos artigos 9º, 10 e 11 constituem um rol taxativo, sendo que condutas que ali não estejam descritas são consideradas atípicas para fins de aplicação das sanções previstas na referida lei.
- e) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio privado no prazo determinado para tanto.

#### **80. TRT – 19ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Valentina, servidora pública, foi processada por improbidade administrativa, tendo em vista que celebrou contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária. Ao final do processo, Valentina foi condenada, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por dez anos. A pena aplicada*

- a) está correta.
- b) é superior à prevista em lei para a espécie de ato ímprobo praticado.
- c) é inferior à prevista em lei para a espécie de ato ímprobo praticado.
- d) está incorreta, haja vista que a conduta em questão não caracteriza ato ímprobo.
- e) está incorreta, pois o ato ímprobo praticado por Valentina não comporta tal espécie de sanção.

#### **81. TRT – 19ª Região – Analista Judiciário – 2014.**

*Antônio, agente público, foi processado e condenado por improbidade administrativa. De acordo com a sentença condenatória, Antônio frustrou a licitude de importante concurso público que ocorreu em Maceió. Nos termos da Lei no 8.429/92, NÃO constitui sanção passível de ser aplicada a Antônio em razão do ato ímprobo cometido:*

- a) Ressarcimento integral do dano, se houver.
- b) Suspensão dos direitos políticos por sete anos.
- c) Perda da função pública.
- d) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.
- e) Pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração de Antônio.

#### **82. MPE – PB – Analista Ministerial – 2015.**

*Ricardo é Vereador de um determinado município do Estado da Paraíba, ocupando o cargo de Presidente da Câmara Municipal. No final do ano de 2014, Ricardo recebeu*

*vantagem econômica indevida em razão do exercício do seu mandato para omitir ato de ofício a que estava obrigado. Neste caso, o Ministério Público, após instaurar inquérito civil para apuração dos fatos, ajuíza ação de improbidade administrativa contra Ricardo, postulando, dentre outras sanções previstas em lei, a aplicação das penas de suspensão dos direitos políticos de*

- a) 5 a 8 anos, e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- b) 8 a 10 anos, e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- c) 3 a 5 anos e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- d) 8 a 10 anos e pagamento de multa civil de até 5 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- e) 5 a 8 anos, e pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

### **83. MPE – PB – Promotor de Justiça – 2014.**

*No tocante à improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 determina que*

- a) a decisão condenatória proferida por órgão judicial colegiado produz efeitos imediatos no tocante à suspensão dos direitos políticos do réu condenado.
- b) somente a autoridade jurisdicional é competente para determinar o afastamento provisório do agente público acusado, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- c) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações baseadas na referida lei.
- d) a ação de improbidade, em relação ao servidor titular de cargo efetivo, prescreve no prazo de cinco anos, contados do conhecimento do ato ilícito.
- e) as pessoas jurídicas estão sujeitas às penalidades patrimoniais e restritivas de direito ali estipuladas.

### **84. MPE – PB – Técnico Ministerial – 2014.**

*O juiz, após a propositura de ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, autuou e ordenou a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de 15 dias. Recebida a manifestação, o juiz, em decisão fundamentada, recebeu a petição inicial e determinou a citação do réu para apresentar contestação. A decisão que recebe a petição inicial*

- a) não enseja recurso.
- b) enseja recurso de agravo de instrumento.
- c) enseja recurso de apelação.
- d) somente se dá na hipótese de inadequação da via eleita.
- e) somente se dá antes da apresentação da defesa preliminar, também denominada de defesa prévia.



## 7. Processo Administrativo na Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999).

### 85. TRT – 2ª REGIÃO – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2014.

*Órgão integrante do Poder Legislativo federal, no desempenho da função administrativa, solucionou controvérsia proferindo ato administrativo restritivo de direito sem, no entanto, observar a Lei nº 9.784/1999. Considerando o âmbito de aplicação da referida lei, é correto afirmar que o administrador atuou*

- a) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se, exclusivamente, ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta.
- b) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta e ao Poder Judiciário federal, não se aplicando ao Poder Legislativo federal, estadual ou local.
- c) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da supracitada norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- d) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, respectivamente, quando no desempenho de função legislativa e judicial.
- e) conforme a lei, porque o ato normativo aplica-se tão somente às unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta federal.

### 86. TRT – 1ª REGIÃO – Analista Judiciário – 2014.

*A Administração pública está sujeita a observância de normas e princípios, alguns expressos, outros implícitos. A instauração, instrução e decisão dos processos administrativos está sujeita a incidência de princípios, tendo a Lei no 9784/99 elencado, de forma expressa, mais princípios do que a Constituição Federal, no que concerne à atividade administrativa. Sobre a aplicação dos princípios mencionados nesses Diplomas, tem-se que*

- a) os princípios do contraditório e da ampla defesa aplicam-se somente aos processos administrativos que tratem de apuração de infrações disciplinares, vez que punidas com sanções mais severas.
- b) o princípio da segurança jurídica impede o exercício da competência discricionária pela Administração pública.
- c) os princípios do interesse público e da eficiência admitem a derrogação de leis, quando houver meio jurídico mais ágil ao atendimento da finalidade pública.
- d) o princípio da motivação não se aplica aos processos administrativos quando tratem de atos de improbidade.
- e) os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade podem incidir no exercício, pela Administração pública, de competência discricionária.

### 87. AL – PB – Consultor Legislativo – 2013.

*Segundo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a aplicação retroativa de nova interpretação e a cobrança de despesas processuais são, respectivamente,*

- a) vedada e admitida em situações excepcionais previstas em lei.
- b) admitida excepcionalmente e vedada.
- c) permitida como regra e permitida em qualquer hipótese.
- d) vedada e vedada em qualquer hipótese.
- e) permitida como regra e admitida em situações excepcionais previstas em lei.

**88. TRT – 1ª Região – Analista Judiciário – 2013.**

*No curso de processo administrativo, a autoridade responsável pela condução do mesmo deixou de dar-lhe regular andamento. O interessado, com o objetivo de entender as razões da paralisação, solicitou cópia dos principais documentos integrantes dos autos. De acordo com as disposições da Lei no 9.784/99,*

- a) o impulso do processo deve se dar de ofício, não cabendo ao interessado provocar seu andamento.
- b) os atos do processo são sigilosos, cabendo ao interessado comprovar o efetivo interesse para obter os documentos solicitados.
- c) o interessado deve constituir advogado para obter vista dos autos e tomar conhecimento de todos os atos praticados.
- d) o interessado pode formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- e) cabe à autoridade explicitar as razões de fato e de direito da sua conduta, desde que provocada pelo interessado, vedada a impulsão do processo de ofício.

**89. TCE – PI – Auditor Fiscal de Controle Externo – 2014.**

*No que concerne aos princípios aplicáveis ao processo administrativo é correto afirmar:*

- a) É instaurado a pedido do interessado, sendo vedada à Administração a atuação de ofício, em razão do princípio da inércia.
- b) Não há impedimento à utilização de provas obtidas por meio ilícito, em obediência aos princípios da oficialidade, da verdade real e da economia processual.
- c) A instauração pode dar-se de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade.
- d) A instauração pode dar-se de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade, ou a pedido do interessado, que, no entanto, no que diz respeito à instrução, está impedido de provar os fatos que alega, em respeito ao princípio do impulso oficial.
- e) É vedado ao interessado a participação nos atos do processo, em respeito ao princípio do interesse público, direito assegurado apenas no processo judicial.

**90. MANAUSPREV – Técnico Previdenciário – Área Administrativa – 2015.**

*A instauração de processo administrativo, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.784/99,*

- a) depende de provocação do interessado, sendo vedada a instauração de ofício ou requerida por terceiros.
- b) deve se dar por meio de ofício, vedada a participação de interessados indiretos no objeto do processo.
- c) deve se dar após autorização judicial quando houver potencial de aplicação de pena de demissão a servidor público.
- d) pode se dar a pedido de pessoa física ou jurídica titular do interesse em questão, ou mesmo ser instaurada de ofício.
- e) deve se dar por provocação do interessado ou do Ministério Público, vedada instauração de ofício.

### **91. TRE – RR – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2015.**

*Nos termos previstos na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é regra atinente à delegação que*

- a) a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- b) o ato de delegação é irrevogável.
- c) o ato de delegação e o de sua revogação devem ser publicados em meio oficial.
- d) as decisões tomadas por delegação considerar-se-ão adotadas tanto pelo delegado como por aquele que delegou.
- e) é incabível no ato de delegação ressalvas de exercício da atividade delegada.

### **92. DPE – SP – Defensor Público – Área Administrativa – 2013.**

*Os atos do processo administrativo*

- a) devem ser iniciados perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir, salvo disposição em contrário.
- b) dispensam motivação quando decorrem de reexame de ofício.
- c) dependem de forma determinada em lei.
- d) podem ser objeto de delegação quando sua edição tiver caráter normativo.
- e) não podem ser objeto de avocação.

### **93. TRF – 3ª Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2014.**

*Inácio, servidor público federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e responsável pela condução de determinado processo administrativo, detectou que uma das partes interessadas do aludido processo é casada com Carlos, com quem possui amizade íntima. Vale salientar que o mencionado processo administrativo apresenta uma pluralidade de partes interessadas. No caso narrado e nos termos da Lei nº 9.784/1999,*

- a) o processo deverá continuar a ser conduzido por Inácio, tendo em vista que existe uma pluralidade de partes interessadas.
- b) trata-se de hipótese de impedimento expressamente prevista na lei.
- c) inexistente qualquer proibitivo para que Inácio continue na condução do processo, pouco importando a pluralidade de partes interessadas.

d) Inácio deverá afastar-se da condução do processo por razão moral, embora não se trate nem de impedimento, nem de suspeição.

e) Inácio deverá declarar-se suspeito.

#### **94. TRE – RO – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2013.**

*Beatriz, servidora pública federal, constatou situação de impedimento em determinado processo administrativo. No entanto, deixou de comunicar o fato à autoridade competente. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a omissão do dever de comunicar o impedimento*

a) constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

b) não constitui falta para efeitos disciplinares, mas caracteriza conduta desonrosa para com a Administração pública.

c) constitui falta branda, para efeitos disciplinares.

d) constitui falta moderada, para efeitos disciplinares.

e) não constitui falta para efeitos disciplinares, mas caracteriza conduta criminosa passível de punição.

#### **95. TRF – 5ª Região – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2013.**

*Num processo administrativo aberto pelo TRT/BA ocorreram os seguintes fatos: não foi exigido o reconhecimento de firma em todos os documentos; o processo teve todas as suas páginas rubricadas; não foi permitido o início da realização de atos no recesso; foram realizados atos fora da sede do órgão; não foram permitidos atos verbais. Nos termos da Lei nº 9.784/99, houve falha uma vez que*

a) todos os documentos devem ter reconhecimento de firma.

b) as páginas devem ser numeradas sequencialmente, mas não necessariamente rubricadas.

c) são permitidos atos verbais sem a reprodução por escrito.

d) somente podem ser realizados atos na sede do órgão.

e) os atos devem ser iniciados em dias úteis, no horário normal da repartição.

#### **96. TJ – PE – Juiz Estadual – 2015.**

*Acerca do processo administrativo, tal como disciplinado na Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que*

a) a ausência de parecer obrigatório nem sempre impedirá o prosseguimento do processo administrativo até final decisão.

b) se aplica ao processo administrativo o princípio que veda a reformatio in pejus, o que se justifica em razão da observância do princípio do devido processo legal.

c) o processo administrativo deve ser formalista, o que se impõe, em observância ao princípio da segurança jurídica.

d) em virtude da indisponibilidade do interesse público, é vedado ao particular interessado no processo formular desistência ou renúncia.

e) se aplica no processo administrativo o princípio da identidade física do juiz, pelo qual o órgão que promoveu a instrução deve ser o mesmo a decidir a questão controversa.

**97. TRF – 2ª Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012.**

*Nos processos administrativos da Administração Pública Federal, o direito da Administração de anular os atos administrativos, de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, decai em*

- a) 5 (cinco) anos, contados, em regra, da data em que forem praticados.
- b) 3 (três) anos, contados em regra, da data em que forem praticados.
- c) 4 (quatro) anos, sempre contados da data em que forem praticados.
- d) 1 (um) ano, após o conhecimento pela Administração Federal da prática do ato.
- e) 2 (dois) anos, após o conhecimento pela Administração Federal da prática do ato.

**98. TRT – 1ª Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2013.**

*Em processo administrativo, tendo por objeto reconhecimento de pretensão de administrado em face de órgão da Administração pública federal, foi proferida decisão negando o pleito. O interessado apresentou recurso, tempestivamente, porém o fez perante autoridade incompetente. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/99, o recurso*

- a) deverá ser recebido e conhecido, em face do princípio da economia processual.
- b) não poderá ser recebido, vedada a possibilidade de a Administração rever o ato de ofício, ainda que não operada a preclusão administrativa.
- c) deverá ser recebido, porém não conhecido, cabendo à autoridade à qual o mesmo foi endereçado encaminhá-lo à autoridade competente para seu julgamento.
- d) não será conhecido, salvo se a Administração considerar que as razões de fato e de direito são suficientes para justificar a modificação da decisão.
- e) não será conhecido, sendo indicado ao recorrente a autoridade competente e devolvido o prazo para apresentar o recurso.

## 8. Responsabilidade Civil da Administração.

**99. Prefeitura Municipal de São Paulo – Auditor Fiscal – 2012.**

*O Município foi condenado a indenizar particular por danos sofridos em razão da omissão de socorro em hospital da rede pública municipal. Poderá exercer direito de regresso em face do servidor envolvido no incidente*

- a) desde que comprove conduta omissiva ou comissiva dolosa, afastada a responsabilidade no caso de culpa decorrente do exercício de sua atividade profissional.
- b) com base na responsabilidade objetiva do mesmo, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a atuação do servidor e o dano.
- c) apenas se comprovar a inexistência de causas excludentes de responsabilidade, situação em que estará configurada a responsabilidade objetiva do servidor.

d) independentemente da comprovação de dolo ou culpa, desde que constatado descumprimento de dever funcional.

e) com base na responsabilidade subjetiva do servidor, condicionada à comprovação de dolo ou culpa.

#### **100. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Analista Judiciário – 2011.**

*No início do ano, é comum a ocorrência de fortes tempestades, que, conforme têm mostrado os noticiários, estão causando consequências avassaladoras em diversas regiões do país. Quando chuvas dessa natureza provocarem enchentes na cidade, inundando casas e destruindo objetos, o Estado*

a) responderá, por se tratar de exemplo em que se aplica a responsabilidade objetiva do Estado.

b) responderá se, aliado ao fato narrado, ocorreu omissão do Poder Público na realização de determinado serviço.

c) jamais responderá, por se tratar de hipótese de força maior, causa excludente da responsabilidade estatal.

d) jamais responderá, por se tratar de hipótese de caso fortuito.

e) responderá, com fundamento na teoria do risco integral.

#### **101. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Analista Judiciário – 2012.**

*De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente*

a) da comprovação de conduta comissiva dolosa ou omissiva culposa do agente público.

b) do nexo de causalidade entre a ação ou omissão de seus agentes e o dano causado a terceiros.

c) da prévia condenação do agente público em procedimento disciplinar.

d) da comprovação da falha na prestação do serviço ou conduta dolosa do agente público.

e) da omissão de agente público, consubstanciada na negligência na prestação do serviço.

#### **102. Ministério Público – SE – Técnico do Ministério Público – 2013.**

*Um ônibus, de empresa privada prestadora de serviços de transporte público municipal, envolveu-se em acidente que ocasionou lesões corporais de natureza grave em alguns dos passageiros transportados pela companhia. Há provas de que o acidente foi fruto de culpa do motorista do ônibus. Nessa situação, a responsabilidade pelos danos decorrentes do acidente pode ser imputada*

a) à empresa privada prestadora de serviços públicos, apenas se comprovada a impossibilidade de pagamento da indenização pelo motorista.

b) à empresa privada prestadora de serviços públicos, assegurado o direito de regresso contra o motorista.

c) apenas ao motorista de ônibus, já que caracterizada a sua culpa.



d) apenas ao município titular dos serviços de transporte público prestados pela empresa privada, assegurado o direito de regresso contra o motorista.

e) apenas ao município titular dos serviços de transporte público prestados pela empresa privada, vedado o direito de regresso contra o motorista, uma vez que não houve dolo do agente.

### **103. Tribunal de Justiça de Goiás – Juiz Estadual – 2012.**

*O regime publicístico de responsabilidade objetiva, instituído pelo art. 37, §6º da Constituição Federal NÃO é aplicável*

a) a pessoas jurídicas privadas que atuem como parceiras privadas no âmbito das Parcerias-Público-Privadas (PPPs).

b) a pessoas jurídicas privadas que atuem como concessionárias de serviço público.

c) aos danos causados por particular que exerça atividade econômica em sentido estrito, sob fiscalização da Administração Pública.

d) aos danos decorrentes de atos notariais e de registros praticados por particulares, mediante delegação estatal.

e) aos danos causados pela atuação de entidades da Administração Indireta que tenham personalidade jurídica de direito privado.

### **104. Tribunal de Contas do Estado do Ceará – Analista de Controle Externo – 2015.**

*Emengardo sofre acidente de veículo e é levado ao hospital público local. No hospital, após aguardar 5 horas por atendimento médico sem recebê-lo, Emengardo vem a falecer. Neste caso, pela morte de Emengardo, o Estado*

a) tem responsabilidade solidária.

b) tem responsabilidade integral.

c) não tem responsabilidade.

d) tem responsabilidade subsidiária.

e) tem responsabilidade subjetiva.

## **9. Poderes Administrativos**

### **105. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.**

*Os poderes administrativos de um agente público*

a) podem ser exercidos segundo a sua conveniência.

b) podem ser aplicados sempre que os políticos assim determinarem.

c) devem ser exercidos obrigatoriamente quando determinar a lei.

d) constituem um direito de agir, condicionado ao princípio da impessoalidade.

e) configuram um imperativo moral a que todo cidadão está obrigado.

**106. Instituto Nacional do Seguro Social – Perito Médico Previdenciário – 2012.**

*Quando a Administração Pública limita direitos ou atividades de particulares sem qualquer vínculo com a Administração, com base na lei, está atuando como expressão de seu poder*

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) normativo.
- d) regulamentar.
- e) disciplinar.

**107. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – Técnico Judiciário – 2011.**

*Sobre o poder hierárquico, é correto afirmar:*

- a) É possível a apreciação da conveniência e da oportunidade das determinações superiores pelos subalternos.
- b) Em geral, a responsabilidade pelos atos e medidas decorrentes da delegação cabe à autoridade delegante.
- c) As determinações superiores – com exceção das manifestamente ilegais –, devem ser cumpridas; podem, no entanto, ser ampliadas ou restringidas pelo inferior hierárquico.
- d) Rever atos de inferiores hierárquicos é apreciar tais atos em todos os seus aspectos, isto é, tanto por vícios de legalidade quanto por razões de conveniência e oportunidade.
- e) A avocação de ato pelo superior não desonera o inferior da responsabilidade pelo mencionado ato.

**108. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.**

*O poder disciplinar, na administração pública, se aplica*

- a) a todos os que cometerem atos de indisciplina nas vias públicas ou em prédios públicos.
- b) aos servidores públicos e demais pessoas que possuem um vínculo especial com o poder público.
- c) aos crimes cometidos por qualquer cidadão que receba recursos públicos.
- d) apenas aos casos de quebra de hierarquia entre as autoridades políticas.
- e) sem necessidade de prévia apuração por meio de procedimento legal.

**109. Tribunal de Justiça de Goiás – Juiz Estadual – 2012.**

*NÃO se inclui no rol das sanções aplicáveis pela Administração Pública, no exercício de seus poderes típicos,*

- a) a pena de perda da função pública, no processo de improbidade.
- b) a prisão administrativa, no processo disciplinar militar.



- c) a caducidade, nas concessões de serviço público.
- d) a pena de comisso, no regime jurídico dos bens públicos aforados.
- e) o licenciamento compulsório de patentes, no regime jurídico da propriedade industrial.

**110. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Analista Judiciário – 2012.**

*A atividade da Administração consistente na limitação de direitos e atividades individuais em benefício do interesse público caracteriza o exercício do poder*

- a) regulamentar, exercido mediante a edição de atos normativos para fiel execução da lei e com a prática de atos concretos, dotados de autoexecutoriedade.
- b) de polícia, exercido apenas repressivamente, em caráter vinculado e com atributos de coercibilidade e autoexecutoriedade.
- c) disciplinar, exercido com vistas à aplicação da lei ao caso concreto, dotado de coercibilidade e autoexecutoriedade.
- d) de polícia, exercido por meio de ações preventivas e repressivas dotadas de coercibilidade e autoexecutoriedade.
- e) disciplinar, consistente na avaliação de conveniência e oportunidade para aplicação das restrições legais ao caso concreto, o que corresponde à denominada autoexecutoriedade.

**111. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Analista Judiciário – 2013.**

*A atuação da Administração Pública*

- a) não admite discricionariedade, em face do princípio da legalidade previsto na Constituição Federal.
- b) possui caráter discricionário, afastando a possibilidade de atos vinculados.
- c) é pautada pelo princípio da legalidade, o que determina a prática de atos vinculados, reservada a discricionariedade apenas para o mérito de tais atos.
- d) não admite discricionariedade, salvo em relação às atividades de organização e funcionamento da própria Administração.
- e) admite discricionariedade quando a lei atribui à Administração a possibilidade de escolha de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

**112. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Técnico Judiciário – 2011.**

*Considere a seguinte hipótese: o município desapropria um imóvel de propriedade de desafeto do Chefe do Executivo com o fim predeterminado de prejudicá-lo. O exemplo narrado*

- a) caracteriza hipótese de vício no objeto do ato administrativo.
- b) corresponde a vício de forma do ato administrativo.
- c) corresponde a vício no motivo do ato administrativo.
- d) corresponde a desvio de finalidade.

e) não caracteriza qualquer vício nos requisitos dos atos administrativos, haja vista a competência discricionária do Poder Público.

## 10. Controle da Administração

### **113. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – Analista Judiciário – 2010.**

*O controle legislativo dos atos do Poder Executivo, em matéria contábil, financeira e orçamentária, é exercido pelo Poder Legislativo*

- a) por meio de seus auditores.
- b) com autorização do Poder Judiciário.
- c) com auxílio do Tribunal de Contas.
- d) com auxílio do Ministério Público.
- e) por meio de comissões parlamentares de inquérito.

### **114. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Analista Judiciário – 2011.**

O controle legislativo da Administração é

- a) um controle externo e político, motivo pelo qual pode-se controlar os aspectos relativos à legalidade e à conveniência pública dos atos do Poder Executivo que estejam sendo controlados.
- b) sempre um controle subsequente ou corretivo, mas restrito à conveniência e oportunidade dos atos do Poder Executivo objetos desse controle e de efeitos futuros.
- c) exercido pelos órgãos legislativos superiores sobre quaisquer atos praticados pelo Poder Executivo, mas vedado o referido controle por parte das comissões parlamentares.
- d) exercido sempre mediante provocação do cidadão ou legitimado devendo ser submetido previamente ao Judiciário para fins de questões referentes à legalidade.
- e) próprio do Poder Público, visto seu caráter técnico e, subsidiariamente, político, com abrangência em todas as situações e sem limites de qualquer natureza legal.

### **115. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – Analista Judiciário – 2010.**

*Está correto afirmar que, o controle administrativo*

- a) é exercido por meio de fiscalização hierárquica, apenas.
- b) dos atos do Poder Executivo é exercido pelo Poder Legislativo.
- c) permite a anulação dos atos administrativos por conveniência e oportunidade.
- d) deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes.
- e) não pode ser exercido pelos Poderes Judiciário e Legislativo.

### **116. Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – Analista de Contas – 2013.**

*O diretor de determinada autarquia estadual proferiu decisão que contrariava o interesse legítimo de um particular. No âmbito administrativo, este particular*

- a) nada poderá fazer, em razão da inafastabilidade absoluta do princípio da autonomia administrativa das entidades da Administração indireta, no direito brasileiro.
- b) poderá interpor recurso repetitivo perante o Secretário de Estado ao qual o diretor da autarquia está subordinado.
- c) poderá requerer pedido de reconsideração, que deverá ser endereçado à autoridade imediatamente superior.
- d) poderá interpor recurso hierárquico impróprio perante a autoridade da Administração direta estadual à qual se vincula a autarquia, desde que haja expressa previsão legal para tanto.
- e) poderá interpor recurso inominado perante o órgão ou entidade federal cujos fins institucionais guardam pertinência temática com os fins da autarquia estadual.

### **117. Instituto Nacional do Seguro Social – Técnico do Seguro Social – 2012.**

*O controle judicial dos atos administrativos será*

- a) sempre de mérito e de legalidade nos atos discricionários e apenas de legalidade nos vinculados.
- b) exclusivamente de mérito nos atos discricionários, porque sua legalidade é presumida.
- c) exclusivamente de mérito nos atos vinculados, porque sua legalidade é presumida.
- d) de legalidade nos atos discricionários, devendo respeitar os limites da discricionariedade nos termos em que ela é assegurada pela lei.
- e) sempre de mérito e de legalidade sejam os atos discricionários ou vinculados.

### **118. Secretaria de Administração do Estado do Piauí – Gestor Público – 2013.**

*Dos instrumentos judiciais de controle da Administração pública, NÃO é meio específico desse tipo de controle o*

- a) mandado de injunção.
- b) habeas corpus.
- c) habeas data.
- d) mandado de segurança.
- e) mandado de busca e apreensão.

## Gabarito

01 – A	02 – B	03 – A	04 – A	05 – D	06 – E	07 – A	08 – D	09 – C	10 – B
11 – C	12 – B	13 – B	14 – E	15 – D	16 – C	17 – D	18 – C	19 – B	20 – E

---

21 – E	22 – D	23 – A	24 – C	25 – B	26 – B	27 – D	28 – D	29 – A	30 – E
31 – E	32 – B	33 – C	34 – B	35 – B	36 – E	37 – B	38 – A	39 – B	40 – B
41 – B	42 – C	43 – A	44 – D	45 – A	46 – E	47 – C	48 – C	49 – A	50 – E
51 – B	52 – C	53 – D	54 – A	55 – D	56 – A	57 – A	58 – D	59 – E	60 – A
61 – D	62 – C	63 – E	64 – A	65 – B	66 – C	67 – A	68 – D	69 – C	70 – B
71 – A	72 – E	73 – B	74 – E	75 – D	76 – A	77 – A	78 – D	79 – E	80 – B
81 – B	82 – B	83 – C	84 – B	85 – C	86 – E	87 – A	88 – D	89 – C	90 – D
91 – C	92 – A	93 – E	94 – A	95 – E	96 – A	97 – A	98 – E	99 – E	100 – B
101 – B	102 – B	103 – C	104 – E	105 – C	106 – B	107 – D	108 – B	109 – A	110 – D
111 – E	112 – D	113 – C	114 – A	115 – D	116 – D	117 – D	118 – E		